

Relatório Anual 2024

(Ano-base 2023)



Elaboração

Inara Françoise de Souza Pereira - Analista Judiciária - Apoio Especializado - Estatística

Revisão

Clóvis Gomes da Silva Correia - Assessor-chefe

Composição da APMP

Clóvis Gomes da Silva Correia - Assessor-chefe

Planejamento, processos de trabalho e normatização

Catalina Velásquez de Oliveira - Coordenadora de Gestão de Processos

Guilherme Rossilho - Analista Judiciário - Apoio Especializado - Economia

Divisão de Gerenciamento de Projetos / Núcleo Socioambiental / Núcleo de Acessibilidade e Inclusão

Alexandre de Caiado Castro Moraes - Coordenador

Julia Regina Peixoto Hermenegildo da Silva - Assessora

Ramon Felix da Silva Cota - Assessor

Divisão de Estatística

Amós Henrique Araújo - Analista Judiciário - Apoio Especializado - Administração

Inara Françoise de Souza Pereira - Analista Judiciária - Apoio Especializado - Estatística

Estagiários

Barbara Kelly de Albuquerque Farias - Administração

Emilly Oliveira da Silva - Administração

Letícia Ferreira da Silva - Economia

Este relatório tem como objetivo dar transparência às informações de atuação do Poder Judiciário de Alagoas e apresentar o comportamento dos principais indicadores de produtividade como o índice de atendimento à demanda (IAD), taxa de congestionamento, quantitativo de processos pendentes e baixados, casos novos e índice de conciliação durante o ano de 2023. Os indicadores e as variáveis calculados são fundamentados na Resolução CNJ 76/2009.

Com exceção do índice de conciliação na fase de conhecimento, considera-se como 1º Grau, o primeiro grau comum, juizados especiais e turmas recursais.

A Figura 1 apresenta o quantitativo de casos novos durante os meses de 2023. No primeiro grau, o mês de dezembro foi o de menor entrada, enquanto no segundo grau, este foi o mês de junho. Já os meses de maior entrada foram março e novembro, para o primeiro e segundo grau, respectivamente.

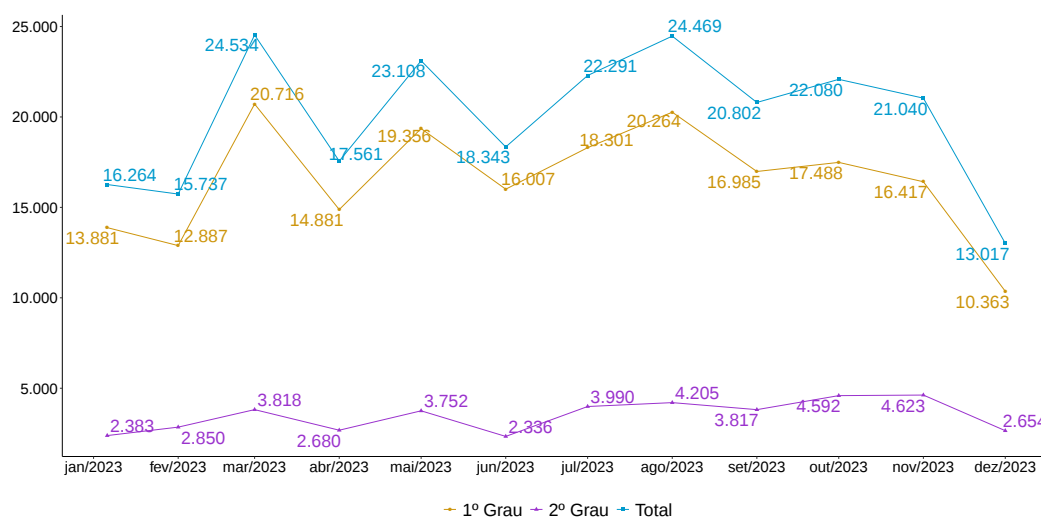


Figura 1: Casos novos

A Figura 2 apresenta o quantitativo de processos baixados durante os meses de 2023. É possível observar que no mês de novembro houve o maior número de processos baixados do ano no primeiro grau. No 2º grau, o mês com mais processos baixados foi agosto.

O IAD é um indicador que verifica se a unidade jurisdicional foi capaz de baixar processos pelo menos em número equivalente ao quantitativo de casos novos. O ideal é que esse indicador permaneça superior a 100%. A Figura 3 apresenta o IAD durante o ano de 2023.

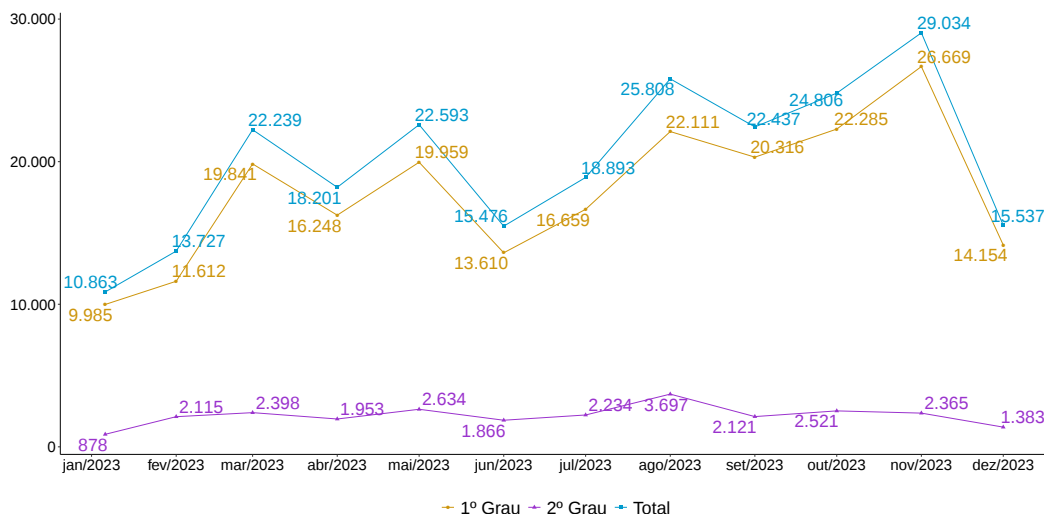


Figura 2: Processos baixados

Podemos ver que o IAD total apresentou muitas variações ao longo dos meses, no entanto, na maioria das vezes, esteve acima de 100% no primeiro grau e no total, em metade dos meses observados.

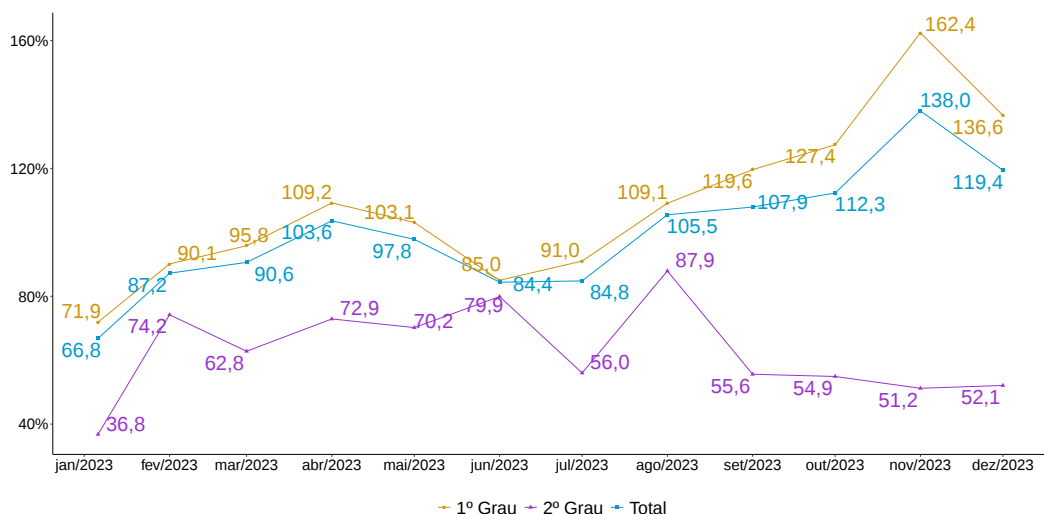


Figura 3: Índice de atendimento à demanda

A Figura 4 apresenta o quantitativo de sentenças e decisões terminativas proferidas durante os meses de 2023. As decisões terminativas no 2º grau referem-se a todas as decisões colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual no 2º grau, excluindo os despachos

de mero expediente, as decisões interlocutórias e as decisões de embargos de declaração. Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas são consideradas. Os picos em agosto e setembro no primeiro grau se devem ao julgamento de processos de execução fiscal na 15ª Vara Cível da Capital. No segundo grau, o mês de agosto também foi o mais produtivo.

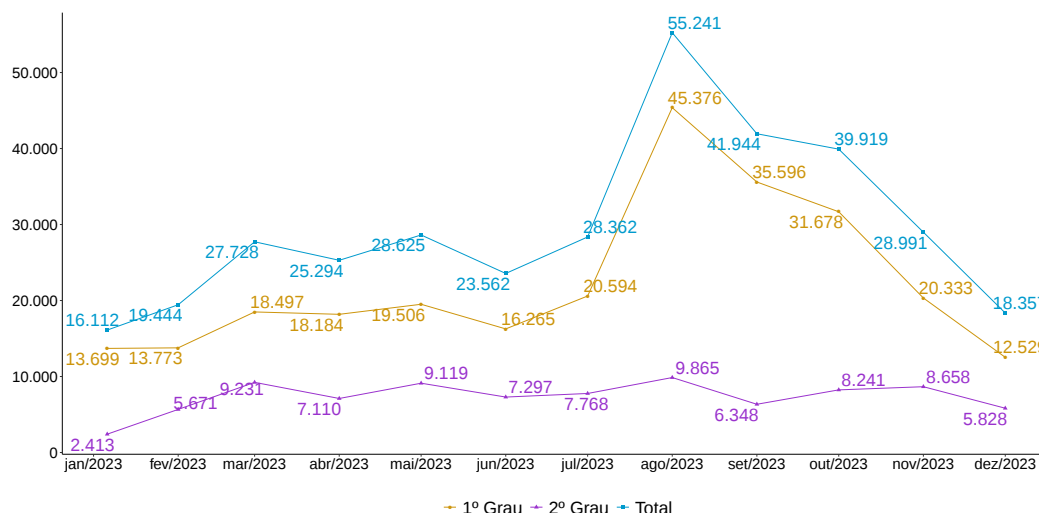


Figura 4: Sentenças e decisões

Na Figura 5 podemos ver o comportamento do quantitativo de processos pendentes de baixa durante o ano de 2023. Podemos observar que o Poder Judiciário de Alagoas finalizou o ano de 2023 com pouco mais de 515 mil processos pendentes, e houve redução do estoque se compararmos os meses de janeiro e dezembro.

A taxa de congestionamento é um indicador que mede o percentual de casos que permaneceram pendentes de baixa, em relação ao que tramitou (soma dos pendentes e dos baixados). Quanto maior o índice, maior a dificuldade da unidade jurisdicional em lidar com seu estoque de processos. Logo, quanto menor, melhor. A Figura 6 apresenta a taxa de congestionamento durante os meses de 2023. A taxa de congestionamento total chegou a 68,3% no mês de dezembro, 68,4% no primeiro grau e 67,2% no segundo grau.

O índice de conciliação é dado pelo percentual de sentenças e decisões resolvidas por homologação de acordo em relação ao total de sentenças e decisões terminativas proferidas. Quanto maior, melhor. Na Figura 7 podemos ver o comportamento do índice de conciliação na fase de conhecimento do 1º grau (considerando o 1º grau comum e juizados especiais) durante

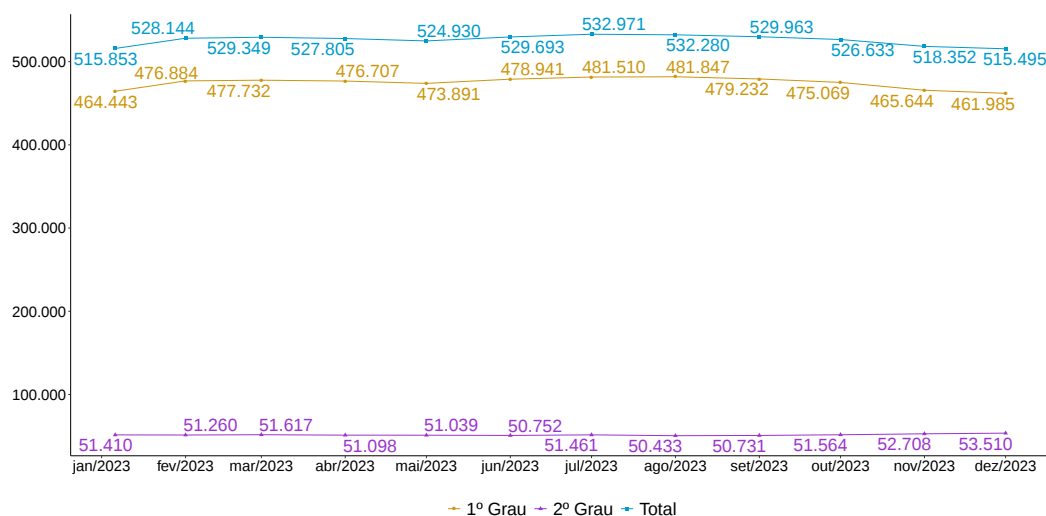


Figura 5: Processos pendentes

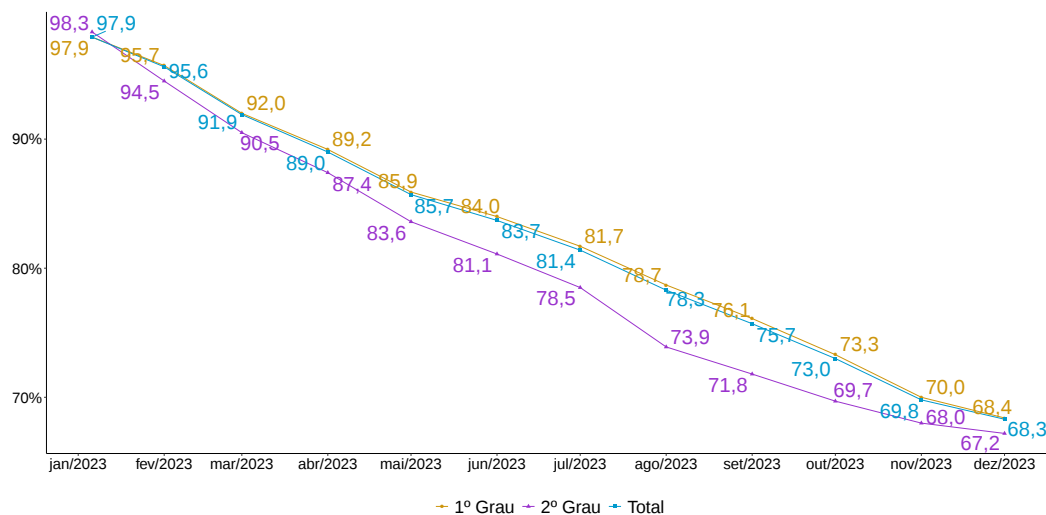


Figura 6: Taxa de congestionamento

o ano de 2023. Tal índice chegou a 19,8% no mês de fevereiro.

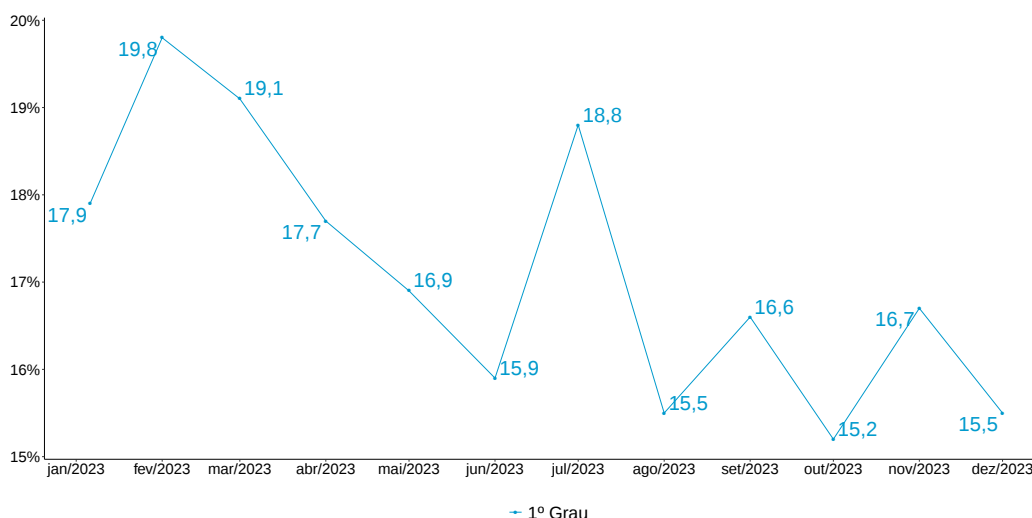


Figura 7: Índice de conciliação na fase de conhecimento do 1º grau

Ao longo deste relatório foram apresentados os resultados dos principais indicadores de produtividade do Poder Judiciário de Alagoas nos meses de 2023.

Houve redução no estoque de processos, um grande volume de baixa de processos no ano, a taxa de congestionamento total atingiu 68,3% e o índice de conciliação na fase de conhecimento chegou a 19,8% no mês de fevereiro no 1º grau (considerando o 1º grau comum e juizados especiais).

Os indicadores aqui apresentados resumam os principais resultados alcançados e a evolução ao longo do ano de 2023 na produtividade. É objetivo deste relatório trazer transparência das informações do judiciário alagoano, indicar direcionamentos e servir como instrumento na busca do aperfeiçoamento e melhoria contínua da gestão. É fundamental que os(as) servidores(as) e magistrados(as) procurem sempre o melhoramento na alimentação e registro dos dados processuais, observando-se as regulamentações internas e aquelas decorrentes das orientações emanadas do Conselho Nacional de Justiça referentes a classes, assuntos e movimentos.